

1. A divisão arbitrária da Europa imposta por Yalta era, ainda há poucos meses, vista como uma fotografia, nítida e estática, da Europa Ocidental e do Leste europeu.

E deve reconhecer-se que a reunificação é o resultado, em primeiro lugar, da coesão e tenacidade de um povo que jamais aceitou essa divisão. Em segundo lugar ela resultou do fracasso completo da ideologia marxista e do sistema comunista que não conseguiram encontrar resposta para a situação dramática que criaram em termos económicos, sociais e ambientais, ao asfixiarem economicamente, pelo gigantismo dos aparelhos militares, e politicamente, pelo desrespeito absoluto dos direitos humanos, a iniciativa e a criatividade individuais.

O confronto com os padrões políticos, sociais e económicos do mundo livre, através do desenvolvimento dos meios de comunicação modernos, elevaram a pressão interna dentro do sistema para limites que, mesmo em ditadura, não eram sustentáveis.

Desde o momento em que a primeira antena de televisão na RDA começou a captar emissões de televisão ocidentais até aos dias em que os quadros leste-alemães recusavam empregos em cidades mais afastadas, onde esse contacto já não era possível, foi um ápice.

O Ocidente viu, em 1988, Praga em directo.

Algum tempo depois, os alemães do Leste começaram também a ver o Ocidente em directo.

E a escolha tornou-se inevitável.

2. A reunificação alemã é, por outro lado, um factor de desestabilização da Europa e do mundo por ter posto em causa uma certa ordem internacional. Ela provocou e provocará, ainda mais, uma revolução nas relações entre os Estados europeus e pôs em causa os fundamentos das duas principais organizações que regem as relações político-económicas europeias: a NATO e a CEE.

A senhora Thatcher, que ao apoiar Gorbachev levou o mundo ocidental a criar condições indispensáveis às mudanças na União Soviética e em todo o Leste, foi a primeira vítima dessa revolução nas relações entre os Estados europeus. O partido conservador sentiu como era fundamental para a economia inglesa «agarrar-se» ao continente face ao perigo que representa para os grandes países dos doze o «gigante alemão». E a decisão de aderir ao mecanismo da taxa de câmbio do Sistema Monetário Europeu já não foi suficiente para tranquilizar os mais «pró-europeus». Reacção semelhante se verificou na Noruega e na Suécia, que têm agora dois partidos francamente pró-europeus.

Nos outros países membros da CEE onde há um ano se falava com incredulidade numa moeda única europeia, fala-se agora numa união política que implicará perdas apreciáveis das soberanias nacionais e que, na ausência dum orçamento federal substancialmente maior do que o actual da CEE, porá seriamente em risco os países menos desenvolvidos da Comunidade.

Aqui há meses, ninguém achava possível que os Ministros das Finanças chegassem a acordo sobre pontos tão insignificantes como o aumento das franquias das «duty free shops». Hoje discutem seriamente o Banco Central Europeu e sabem, embora não digam, que terão de abrir mão, irreversivelmente, da maior parte dos instrumentos nacionais de política económica e financeira se a União Económica e Monetária e a União Política se concretizarem.

3. O desvio das atenções — e dos capitais — para os «agora chamados» países da Europa Central e Oriental é um facto.

No meio de afirmações de fidelidade às Comunidades e de apoio à necessidade de assegurar a coesão económica e social dos doze, a Alemanha vai conseguindo fazer aprovar um apoio financeiro substancial ao outro lado do continente europeu.

A aprovação dum orçamento comunitário para 1991 que prevê zero écus para ajuda à União Soviética e pouco mais do que zero para os outros países do Leste contrasta, numa forma bizarra, com as afirmações dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, dos países membros dessa Comunidade, sobre as formas de que essa ajuda se revestirá. E ainda estamos em 1990.

Os governos dos países para quem a ajuda comunitária é fundamental para enfrentar 1992 com menos riscos poderão — até quando? — dizer aos seus eleitores que conseguiram impor, em Bruxelas, o respeito pelos pressupostos com que aceitaram participar na criação do Mercado Único europeu.

Mas a verdade é que o compromisso da duplicação dos fundos estruturais — compromisso que desbloqueou a decisão de construir o mercado de 1992 — acaba... em 1992. E depois se verá.

4. O alargamento da CEE, e também da NATO, a outros países, ou a sua desagregação, como outros prevêem, trarão — qualquer das duas hipóteses —, fatalmente, como consequência, uma diminuição da coesão interna daquilo que se convencionou chamar Europa Ocidental. O Comité Monetário da CEE, com aquela frieza que fica bem nos responsáveis pela política monetária, já disse que os países menos desenvolvidos da CEE, na impossibilidade prática de, por insuficiência do orçamento comunitário, evitar o agravar das desigualdades de desenvolvimento causado pelos mecanismos da união económica e monetária terão de continuar a utilizar o nível dos salários como principal suporte da sua competitividade.

E falar em alargamento e nas consequências do alargamento é de toda a actualidade.

Senão, vejamos: a Áustria, a Checoslováquia, a Noruega, a Suécia, a Finlândia, a Hungria, Chipre, a Suíça, Malta, a Islândia e a Turquia já deram a entender, mais ou menos claramente, numa forma mais formal ou criando correntes de opinião, que querem aderir.

E isto sem falar no Norte de África...

Os que, dentro da Comunidade, receiam o federalismo, apoiarão, numa primeira fase, a criação do Espaço Económico Europeu, englobando os países da CEE e da EFTA.

Era já, com certeza, a pensar na necessidade de prever alternativas de reequilíbrio para Oeste que a primeira-ministra britânica, no tão famoso discurso de Bruges, falava duma Europa... «on both sides of the Atlantic».

5. Face a uma hegemonia germânica, conquistada — com o apoio dos franceses e dos italianos — através das instituições comunitárias, que alguns certamente não aceitarão, o cenário mais plausível é que a reunificação alemã marca o retorno a uma política internacional de alianças instáveis.

PS: Os resultados das últimas eleições alemãs são bens esclarecedores do estado de saúde da locomotiva europeia.